

IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO¹

Ideology and Education

Profa. Dra. Maria Lucia Paniago²

RESUMO

A discussão que desenvolvemos neste texto defende a ideia de que a ideologia emanada da burguesia do modo de produção capitalista, está posta em todos os âmbitos da vida humana, na sociedade do capital, notadamente na educação. Nesse sentido, nosso objetivo, pautado no pressuposto ontológico do ser social, é contribuir para pensar a educação como um dos mais importantes complexos ideológicos que afirma a sociedade burguesa.

Palavras-Chave: Ideologia, Educação, Educação formal.

ABSTRACT

The discussion that we have developed in this text defends the idea that the ideology emanating from the bourgeoisie of the capitalist mode of production is placed in all spheres of human life, in the society of capital, especially in education. In this sense, our objective, based on the ontological presupposition of the social being, is to contribute to think of education as one of the most important ideological complexes affirmed by bourgeois society.

Keywords: Ideology, Education, formal Education.

¹ Este trabalho, está pautado, fundamentalmente, em nossa tese intitulada “A relação de dependência ontológica entre capital, Estado e educação no contexto da sociabilidade capitalista”.

² Doutora em Educação. Docente do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Membro do Grupo de Estudos “Trabalho e Ontologia” - GESTO.

Introdução

A sociedade humana existe apenas em razão dos seres sociais, que constroem permanentemente a sua existência. Essa construção se dá pelos atos do trabalho. Historicamente, ao transformar a natureza os homens se constroem enquanto seres humanos na relação metabólica homem/natureza e homem/homem e, portanto, fazem história. A história dos homens, em sua maior parte, é marcada, desde o surgimento da sociedade de propriedade privada³ dos meios de produção, pela ideologia dominante, que “[...] se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87)

Nesse sentido, podemos afirmar que sendo a ideologia um dos fenômenos da sociedade de classes, aquela permeia todas as instâncias de nossas vidas e especialmente na educação.

A educação formal, como um dos complexos sociais parciais fundados no trabalho, também recebe a intervenção da função coesiva do Estado, quando ele dita quais conhecimentos (e sob que ideologia) serão transmitidos pela escola. Essa é a parte que cabe à educação formal, para que se realize a coesão como função política e ideológica do Estado, como procuraremos demonstrar a seguir. Vale ressaltar, entretanto, que é na educação formal (nas escolas e universidades) que serão transmitidos os conhecimentos, habilidades, técnicas e valores construídos historicamente pelos homens, que auxiliam – com todas as mediações necessárias – a reprodução do sistema do capital. O Estado, então, a partir do desenvolvimento histórico das relações que se estabelecem na sociedade, surge justamente no momento em que esses nexos se tornam antagônicos, demandando a necessidade de um poder que ordene o conjunto das relações sociais de trabalho.

Este artigo, pautado na perspectiva ontológica marxiana⁴ do ser social, pretende contribuir para pensar a educação como um dos mais importantes complexos ideológicos que afirma a sociedade burguesa.

³ Esse fenômeno ideológico só foi possível com o advento da sociedade que privatiza os meios de produção, vez que na sociedade primitiva isso não ocorria dado o insípido nível de desenvolvimento das condições materiais de existência.

⁴ Quando afirmamos que nossa perspectiva teórica está marcada ontologicamente no pensamento marxiano, estamos anunciando que buscamos apreender na edificação do pensamento de Marx, primeiramente, a teoria geral e essencial do ser social e, a partir daí as respostas que dizem respeito a natureza da educação. Isso porque só podemos compreender tal natureza “[...] se responder[mos] à questão “o que é o ser social” é que se poderá responder satisfatoriamente a pergunta “o que é a educação”, já que esta é apenas um momento do ser social em seu conjunto.” (TONET, 2016, p. 116)

Ideologia no modo de produção, reprodução e ampliação do capital

Começemos com a clássica assertiva de Marx e Engels, quando dizem: “**As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes**, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47, grifo nosso).

A questão que se coloca, a partir da citação acima, é: o que podemos definir como ideologia e como esta se constitui em um complexo social de dominação de classe? A história da humanidade pode ser investigada sob dois aspectos: história da natureza e história dos homens, porém, não podem ser tratadas de forma isolada, pois que estão condicionadas mutuamente. Assim, a existência dos homens está intimamente ligada a esses dois aspectos. Sobre a história dos homens, é preciso dizer que a maior parte dela é ideologizada e “[...] se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

A ideia como pôr teleológico⁵, como finalidade posta no ato do trabalho, não se constitui

[...] de dois momentos autônomos, um ideal e um material, que estariam vinculados de alguma maneira [e] que, apesar dessa vinculação, cada um poderia preservar sua própria essência, mas a possibilidade do ser de cada ato que só pode se isolar no pensamento está ligada por necessidade ontológica ao ser do outro. (LUKÁCS, 2013, p. 356).

Isso significa dizer que a ideologia só se torna autêntica na “[...] efetuação de sua realização material; sem este, aquele permanece um estado puramente psicológico, uma representação, um desejo [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 356).

A consciência dos homens, que inicialmente se caracteriza como consciência gregária, por necessidade de estabelecer relações de cooperação entre os indivíduos para sua sobrevivência cotidiana, desenvolve-se de maneira a que se percebam como homens que definitivamente vivem em sociedade. É a partir da divisão do trabalho (material e intelectual) que a consciência pode “[...]”

⁵ O pôr teleológico se configura, grosso modo, no fim (finalidade) posto a uma ação humana, a partir de suas necessidades socio metabólicas e de metabolismo da sociedade com a natureza. Diz Lukács (2013, p. 358) no caso do pôr teleológico para as necessidades sociometabólicas: “[...] visam influenciar outras pessoas no sentido de que elas, por sua vez, efetuem os atos de trabalho desejados por quem os põem. Nesses casos, o tamanho da cadeia de mediações não tem importância decisiva; o importante é que o respectivo pôr teleológico esteja disposto a influenciar a consciência de outra pessoa (ou mais pessoas) num determinado sentido, levá-la a um pôr teleológico desejado.”

representar algo realmente sem representar algo real [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 35). Essa divisão do trabalho,

[...] dá-se ao mesmo tempo a contradição entre o interesse dos indivíduos ou das famílias singulares e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam mutuamente; e, sem dúvida, esse interesse coletivo não existe meramente na representação, como “interesse geral”, mas, antes, na realidade, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho está dividido (MARX; ENGELS, 2007, p. 37).

Em uma sociedade dividida em classes sociais, onde há a dominação de uma sobre a outra, a luta pela democracia, o direito de voto, entre outros, não passam de aparência enganadora, pois que, é por de trás dessa aparência que a luta de classes real acontece. “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Assim, podemos dizer, com Marx e Engels (2007, p. 47), que as ideias das classes dominantes, nada mais são do que a expressão ideal das relações dominantes materializadas e que resultam destas, a classe dominante. Pois estas relações são apreendidas como ideias verdadeiras pela classe dominada, mas a rigor “[...] o ser dos homens é o seu processo de vida real.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94) e reflete a sociedade ou classe. O conjunto dessas ideias forma uma ideologia. Isso ocorre em razão de que, por dominarem no âmbito do pensamento, também dominam “[...] como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época.”

Isso se evidencia quando tomamos a realidade contemporânea e destacamos que a burguesia, como classe dominante no modo de produção capitalista, não professa o caráter da bondade, muito menos da distribuição da riqueza produzida pelo conjunto dos homens. Ao contrário, a classe em questão, busca, incessantemente, a maximização dos lucros e o controle do poder político na sociedade para exercer o seu domínio. Princípios também são elementos inexistentes para o *status quo*, pois quando se percebe ameaçado não hesita em utilizar todo tipo de expediente, instrumento, mecanismo ilícito ou desumano para perpetuar-se no controle social, político e econômico. Há que ressaltar a estratégia da burguesia alemã quando lança mão do nazismo, através do Estado, para resgatar de forma absoluta a dominação, tal qual os capitalistas italianos e japoneses acorreram ao fascismo para preservar o poder e disciplinar os trabalhadores⁶.

⁶ É preciso observar que o trabalhador é conceituado, dentro dos “critérios de regulação da distribuição e do consumo”, como “consumidor” individual. Ideologicamente, esse consumidor acaba sendo identificado como “[...] uma misteriosa entidade independente, de modo que o verdadeiro produtor da riqueza – o trabalhador – desapareça das equações sociais pertinentes [...]” (MÉSZÁROS, 2006, p. 110). Deve-se creditar a importância do papel do trabalhador para o

Porém, não se trata apenas de legitimar o regime e sua violência, mas também de uma homogeneização da sociedade segundo a ideologia que convém à burguesia, capturando a consciência do trabalhador para tanto. Esse processo de homogeneização expressa compreender a sociedade como um organismo que deve ser “saudável” na perspectiva capitalista. Tudo que significa diferença da ideologia burguesa, branca, cristã e ocidental é o mal ou uma doença da sociedade. Os que aceitam, sem questionar, a ideologia dominante como a única possibilidade de relação entre os homens, certamente recusam como ilegítimas as investidas de reconhecer os “[...] pressupostos ocultos e os valores implícitos com que está comprometida a ordem dominante.” (MÉSZÁROS, 2004, p. 58).

Em um debate acerca das relações estabelecidas entre as sociedades capitalistas mais desenvolvidas e os países de economia dependente, os autoconcedentes ideólogos do senso comum, desqualificam o emprego das categorias primordiais do pensamento crítico e fazem dessas categorias um artifício para não as assumir como verdadeiras na análise da vida real. Isso leva esse pensamento a mover-se em círculos e concluir, com base nas categorias apropriadas do discurso dominante, qualquer coisa que convenha à ordem estabelecida e à ideologia nela oculta. Com isso fazem com que se ignorem os argumentos críticos, mesmo que as evidências teóricas e empíricas comprovem o que está em questão.

Como nada é absoluto, a materialidade da vida obriga o reconhecimento das condições materiais existentes, como no caso da crise estrutural do capital⁷, tantas vezes negada ou desconsiderada, que agora é linguagem obrigatória em todas as análises ou justificativas do sistema do capital. A persistência da crise apontada pelo cada vez mais frequente enfrentamento de classes, pode ser notada, a título de exemplo, na análise de Kotkin (2011) sobre distúrbios que atingiram Londres e outras cidades inglesas na primeira semana de agosto de 2011.

Para o analista, a fúria de classes não é exclusividade da Inglaterra; na verdade, ela representa parte de um crescente abismo mundial entre “classes que ameaça enfraquecer o próprio

desenvolvimento e funcionamento vantajoso do sistema do capital, tendo em vista que ele consome de forma indireta aquilo que produziu, vendendo a sua força de trabalho àquele que se autodenomina como produtor de riqueza, o capitalista. Nessa relação, o trabalhador, pode-se dizer, é duplamente explorado: primeiro na produção e depois no consumo, quando compra o fruto do seu próprio trabalho.

⁷ A sede de acumulação do capital levou ao desencadeamento da crise estrutural do sistema capitalista que perdura até os nossos dias, com erupções cada vez mais violentas, sempre com maior intensidade e espaço de tempo menores, comprimindo cada vez mais as condições de sobrevivência dos trabalhadores assalariados. Sobre a crise estrutural do capital ver “*Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*” de Mézáros, como também “*Mészáros: e a incontrolabilidade do capital*”, de Paniago, M. C. S., além de “*A crise estrutural e a centralidade das classes sociais*” da mesma autora.

capitalismo”⁸. A ideologia e a materialidade do “trabalho duro e bem-sucedido”, sustentadas pela pura determinação, têm sido em larga medida desacreditadas, uma vez que o velho paradigma liberal “trabalho e recompensa” em tempo algum foi cumprido.

A forma ideológica de controle do capital não pode ser considerada apartada da forma material desse controle. Entendemos que, por sua própria natureza, o sistema do capital, sustentado pelas contradições inerentes, utiliza-se da justificativa ideológica para reforçar “[...] a divisão social hierárquica do trabalho, como relacionamento determinado de poder [...]” da ordem vigente (MÉSZÁROS, 2006, p. 99). Essa ideologia, determinada pelas condições objetivas do sistema de autoexpansão e acumulação do capital, modifica-se de acordo com os ajustes, para enfrentar os obstáculos e resistências encontrados. Para que as condições materiais e ideológicas se complementem e interajam, é preciso que haja uma estrutura de organização e de controle, mesmo que limitado, como comando político abrangente do sistema do capital. Esse é o papel do Estado⁹.

O Estado é o acessório exato das necessidades internas da estrutura antagônica do sistema de controle sociometabólico. Como avalista geral do modo de reprodução imperioso do capital, o Estado fortalece a contradição entre produção e controle, assim como a “divisão hierárquico/estrutural do trabalho”, da qual ele é a evidente expressão (MÉSZÁROS, 2006).

A educação formal, como um dos complexos sociais parciais fundados no trabalho, também recebe a intervenção da função coesiva do Estado, quando ele dita quais conhecimentos e sob que ideologia serão transmitidos pela escola. Essa é a parte que cabe à educação formal, para que se realize a coesão como função política e ideológica do Estado.

A educação formal no contexto da ideologia burguesa

Para falarmos de educação formal, antes é necessário compreendermos porque e como este complexo social secundário se apresenta na sociedade desde os tempos imemoriais. Sabemos que para produzir e reproduzir a vida humana a partir do metabolismo homem/natureza, desde a comunidade primitiva, fazia-se necessária a cooperação entre os homens e, portanto, que vivessem em sociedade para produzir as condições indispensáveis a sua sobrevivência. Nessas condições, a

⁸ Vale lembrar, também, as manifestações de rua de 2013 no Brasil.

⁹ “Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política. Daí a ilusão, como se a lei se baseasse na vontade e, mais ainda, na vontade separada de sua base real [*realen*], na vontade livre.” (MARX; ENGELS, 2007, p.76)

produção da vida exigiu o acúmulo contínuo de conhecimentos produzidos na vida diária e transmitidos pela sociedade de geração em geração, o que permitiu o desenvolvimento das forças produtivas, perpetuando a educação, no seu sentido ampliado, como inseparável do cotidiano da humanidade.

São as condições materiais que fazem os homens, ao mesmo tempo em que os homens produzem suas condições materiais de existência. A forma social de intercâmbio, em que cada geração recebe das gerações anteriores determinadas condições de vida, é o fundamento real da essência do homem (MARX, 1985a, 1985b). A concepção histórica de educação está diretamente ligada a forma como os homens produzem sua existência a partir do trabalho.

Tal concepção como necessidade histórica na formação do ser social, embora tenham natureza e função social específica, estabelece com ele – o trabalho – uma dependência ontológica. A dependência ontológica entre o trabalho e todos os outros complexos sociais têm uma “[...] autonomia relativa, pois cada uma delas cumpre uma função que não resulta mecanicamente de sua relação com o trabalho [...]” (TONET, 2011, p. 139), assim como uma determinação recíproca na relação entre elas e delas com o trabalho, o que torna impossível apreender cada uma dessas relações sociais fora das relações que mantêm com a totalidade.

Na relação metabólica com a natureza, os homens adquirem conhecimentos e habilidades sempre renovadas. De sorte que, é pela realização do trabalho que vai se produzindo o conhecimento que os indivíduos não possuíam anteriormente. O conhecimento de um caso singular é generalizado, de modo a ser útil em situações diversas, tornando-se um patrimônio genérico de toda a humanidade. É no ato do trabalho que a apropriação do conhecimento se realiza. É nesse processo de apropriação do conhecimento que se origina a educação e a sua ineliminável presença na formação do ser social. Sem essa mediação, não seria possível a realização da construção do conhecimento.

Como nós, humanos, não nascemos com atributos genéticos para atender às nossas necessidades vitais, é crucial aprendermos as atividades teleologicamente intencionais. Aí está a imprescindibilidade histórica da educação para a apreensão de conhecimentos, habilidades, comportamentos, valores, o que nos capacita a nos tornarmos conscientemente indivíduos aptos para a vida social.

O que os homens constroem coletivamente, isto é, o resultado das objetivações humanas universais e genéricas, se constitui em patrimônio da humanidade. Tornamo-nos humanos ao nos apropriarmos desse patrimônio. É nesse processo que nos tornamos membros do gênero humano, e

que a educação, no seu sentido mais amplo, tem lugar na reprodução do ser social. É pela apropriação dos conhecimentos, construídos historicamente pelo conjunto dos homens, que nos inserimos no processo social.

Isso ocorreu de forma natural, até que a divisão do trabalho (trabalho material e trabalho intelectual) e a propriedade privada surgem no panorama social, exigindo uma nova configuração da educação, que atendesse às necessidades impostas pelo avanço das forças produtivas. Assim, a educação formal teve nascedouro na divisão do trabalho. Isso acarretou a necessidade de uma forma planejada e organizada, transmitir às gerações posteriores o conhecimento produzido e acumulado pelos homens ao longo da história.

Essa construção histórica leva-nos a compreender que a aprendizagem é uma necessidade para a existência humana e que a educação é uma necessidade social que nasce das demandas da sociedade, portanto, uma mediação das relações entre os homens, que, nas comunidades primitivas era tarefa do conjunto da comunidade e atendia igualmente a todos, sem distinção entre os indivíduos. Essa forma que conhecemos de transmitir conhecimentos e de desenvolver potencialidades e habilidades, que requer um especialista para ensinar, surge com a divisão social do trabalho, a partir da ruptura entre trabalho material e trabalho espiritual (intelectual), privilegiando classes sociais determinadas.

A educação formal ou escolar que vemos hoje na sociedade do capital é decorrente de todas as transformações transcorridas ao longo da história dos homens para responder às imposições do modo de produção capitalista mantendo sua reprodução e ampliação de lucros, sem os quais o capital não sobreviveria, uma vez que é da exploração do homem pelo homem, no trabalho, que se realiza a acumulação do capital.

Esse modo de produção é, antes de mais nada, uma forma determinada de atividade, a cujas condições materiais os indivíduos estão sujeitos. Portanto, há uma relação recíproca entre as gerações que se sucedem, de tal forma que cada geração recebe da geração passada determinadas condições já produzidas, que serão desenvolvidas pelas gerações futuras. Esse aspecto da atividade humana implica o processo educativo de assimilação de elementos já existentes. Sem tal processo, não seria possível criar e nem o próprio indivíduo poderia se constituir como indivíduo.

Em função dessa dependência ontológica da atividade de trabalho, as modificações no modo de produção refletem em todos os aspectos da vida social. No complexo da educação, isto não é diferente. Por ser um dos complexos do ser social, a educação sofre as consequências das transformações no processo de trabalho. Como já apontamos, da comunidade primitiva ao

capitalismo as transformações na divisão do trabalho vão atingindo novos patamares pela complexificação da produção. Como a educação é parte da totalidade social e como esta totalidade não se constitui apenas no ajuntamento dessas partes, mas consiste na articulação recíproca entre elas, a educação igualmente sofreu transformações.

Assim como no processo industrial é verificável determinado padrão de organização e controle da produção, que de forma direta e contínua controla os trabalhadores em benefício do capital, a escola, como um elemento de mediação das relações sociais, também se encontra coordenada pela instituição Estado. É o Estado que norteia, através do sistema de ensino, toda a estrutura da educação formal, cumprindo o seu papel, segundo os desígnios do capital, protegendo e ordenando as relações pautadas pelo capitalista como personificação do capital. É do Estado que emanam as determinações para a educação formal. É ele que organiza o currículo nacional. É através dele que o conhecimento transmitido na escola se evidencia ideologicamente simplificado, vulgarizado e sonogado.

O desenvolvimento tecnológico das forças produtivas proporcionou o surgimento de novas necessidades que conduziram os homens a uma nova etapa de seu processo histórico, com o surgimento da burguesia. A superação do feudalismo produziu mudanças nas relações de produção e, por conseguinte, no conjunto das relações sociais¹⁰. Nas palavras de Marx (1985b, p. 88), “[...] o que é válido para a divisão manufatureira do trabalho no interior da oficina vale para a divisão do trabalho no interior da sociedade [...]”. De acordo com Mészáros (2005, p. 42): “Naturalmente, as instituições de educação tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital [...]”.

Como sabemos, a escola passou a existir pela imposição de reprodução da sociedade de classes. Sua função social conservadora e coerciva é reiterada todos os dias. Vejamos: o Estado, além de intervir nos conhecimentos por ela transmitidos, ainda define os padrões de avaliação e quais são as necessidades da escola a serem acatadas ou não. O controle dos alunos é feito pela chamada e pela avaliação, mensurada de acordo com critérios impostos pelo Estado que, com frequência, são obedecidos para “simplificar” a atividade do professor. Dessa forma, o Estado encarrega o professor de estabelecer notas para os alunos, mantendo-se o destino do docente nas mãos do Estado. Portanto, esse poder do professor é sempre afirmado pela hierarquia de estrutura

¹⁰ Os dominantes, detentores dos meios de produção, lutam para acumular riquezas por meio da exploração da força de trabalho dos dominados. A moderna sociedade burguesa, que surgiu das transformações do modo de produção feudal, não eliminou os antagonismos entre as classes. Apenas instituiu uma nova configuração de classes, uma nova condição de opressão.

de classe, ocultando o “fetichismo da educação” (o poder de transformação da educação formal nesta sociedade). A educação formal sob a regência do capital é apenas “aparência”. Pedagogicamente é incapaz “[...] de superar o conteúdo alienado inerente, por determinação ontológica [...]”, da ordem burguesa, a qual tende a se autorreproduzir (LESSA, 2012, p. 39-45).

Para demonstrar a relação entre educação formal e ideologia burguesa destacamos o principal instrumento de trabalho do professor, qual seja o “manual didático”, que, neste trabalho, nomeamos como “manual ideológico”¹¹ distribuído às escolas pelo Estado, tamanho o seu grau de simplificação, vulgarização e sonegação do conhecimento. Isto porque existe uma ligação direta entre esses dois temas – educação formal e ideologia burguesa –, pois o primeiro seria o veículo que conduziria ao segundo, cuja função precípua, em uma sociedade regida pelo capital é de, ideologicamente, simplificar e vulgarizar o conhecimento, como patrimônio histórico produzido pela humanidade. Não obstante, a função do “manual ideológico”, na educação formal, é ser um instrumento para a apreensão do conhecimento. Mas qual conhecimento e qual tratamento é dado a ele? A resposta a essa questão pode ser demonstrada por meio do papel ideológico do “manual didático”, como instrumento único de trabalho do professor para a realização da ação educativa. Mais que isso, chamamos a atenção para a questão do processo de construção e apropriação do conhecimento como forma de avançar no processo de desenvolvimento humano e como isso reflete sobre os conteúdos e a forma de apresentá-los nos “manuais ideológicos”. Ressaltamos que os limites desse instrumento de trabalho de professores e alunos são evidentes, e que a sua centralidade no agir do professor não cabe na perspectiva de uma sociedade emancipada¹², em razão dos pressupostos a ela imanentes. Entretanto, seu formato intencional e ideológico é necessário e apropriado para o modo de produção capitalista.

A aceitação tácita do conjunto de valores da sociedade capitalista, impressos no “manual ideológico”, passa ao largo, tamanho o grau de simplificação, vulgarização e sonegação dos conhecimentos como patrimônio da humanidade. A ideologia comprometida com a ordem

¹¹ Esta denominação dada ao manual didático, está posta neste trabalho apenas em função do objetivo deste texto. Sobre o manual didático, como instrumento absoluto do professor, ver em nosso livro intitulado “*Livro Didático: a Simplificação e a Vulgarização do Conhecimento*” (2013).

¹² A emancipação humana caracteriza-se por “[...] uma forma de sociabilidade, situada para além do capital, na qual os homens serão plenamente livres, isto é, na qual eles controlarão, de maneira livre, consciente, coletiva e universal o processo de produção da riqueza material (o processo de trabalho sob a forma de trabalho associado) e, a partir disto, o conjunto da vida social.” (TONET, 2016, p. 170).

dominante, como única e última alternativa de relação entre os homens, põe também limites a qualquer via de acesso aos conhecimentos indispensáveis à construção da “liberdade plena”¹³.

Assim, o professor que pretende oferecer um conhecimento fundamentado nos pressupostos de uma sociedade para além do trabalho explorado, vê-se impedido de fazê-lo, pois está preso a uma camisa de força como o “manual ideológico”. Principalmente no momento atual, com o Projeto de Lei da Escola Sem Partido. Este é o papel do Estado, na sua articulação com o complexo da educação: restringir sempre e cada vez mais as oportunidades de aquisição do conhecimento consciente e coletivo. O conhecimento, como possibilidade de um agir plenamente livre, não está nos propósitos do “manual ideológico”, mesmo porque, em uma sociedade regida pelo capital, isso não seria possível. Não se propicia a ampliação dos conhecimentos para se chegar ao controle consciente e coletivo no processo de captura, como diz Tonet (2005, p. 174), do “[...] conjunto de determinações essenciais da realidade objetiva.”

Mészáros (2005, p. 45, grifo do autor) identifica a educação formal como apenas um componente importante do sistema, mas não o único:

[...] a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio de seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados.

Prova irrefutável dessa declaração são os “manuais ideológicos” em nossas escolas. Chamou-nos a atenção, ao fazer uma breve análise dos atuais (2017) “manuais ideológicos”, como o de história do 5º ano, o reforço dado à forma de tratar a produção da riqueza social sob a perspectiva dominante, o que não foge à regra de nenhum dos outros manuais de quaisquer outros anos do ensino básico, quando abordam a questão do “controle sobre a região mineradora”¹⁴. O texto é exposto sem nenhuma introdução que faça uma referência sequer do contexto em que se

¹³ “[...] liberdade plena não significa liberdade absoluta, nem uma sociedade inteiramente harmônica, paradisíaca, sem nenhum problema. Significa, apenas, – e isto é de extrema importância – que não haverá forças estranhas que determinem o processo social. Que o destino dos homens estará efetivamente em suas mãos. Liberdade plena também não significará a liberdade irrestrita do indivíduo. Esta é a forma da liberdade que emerge da regência do capital e que resulta, necessariamente, na desigualdade social e na oposição dos homens entre si. A liberdade numa sociabilidade plenamente emancipada implica – por força da natureza ontológica desta formação social e não por exigências éticas ou políticas – uma articulação entre indivíduo e gênero, de modo que o desenvolvimento de uma rica e multifacetada individualidade será uma expressão e uma exigência do mesmo desenvolvimento genérico e vice-versa.” (TONET, 2016, p. 27).

¹⁴ Projeto Buriti, Editora Moderna, 2017, p. 12.

deram os fatos, em um espaço de meia página, no sentido vertical, contendo 30 linhas, em linguagem popular, desconsiderando a ampliação do vocabulário dos alunos, com frases curtas em forma de extratos oriundos de diversas fontes e, simultaneamente, com escasso ou ausente conteúdo significativo que leve o leitor a expandir os conhecimentos a respeito das relações sociais que se estabelecem no mundo real. Essa condição do conhecimento veiculado pelas escolas chega às raias do cinismo, ao tratar esse material como um instrumento de ensino. E mais, o conhecimento assim manipulado traz, como consequência, uma educação para o “idiotismo especializado” (LUKÁCS, 2013).

Quando falamos de conhecimento, excluimos qualquer incerteza sobre a sua importância absoluta e indispensável para a construção da “liberdade plena”, o que implica a relação de que quanto mais conhecimento, em tese, mais elevado seria o nível de liberdade. Esse mais alto nível de conhecimento objetiva a sua importância na tomada de posição do indivíduo para definir seu próprio destino. Isso porque “[...] um dos elementos, que durante toda a trajetória da humanidade, barrou a possibilidade de um agir plenamente livre foi a impossibilidade [...] de capturar o conjunto de determinações essenciais da realidade objetiva [...]” (TONET, 2005, 174).

Ora, para alcançar a liberdade plena, os homens precisam se apoderar daquele nível de conhecimento (no seu conjunto) que os permita controlar consciente e coletivamente o processo que os levará à plena realização da liberdade, em uma sociedade verdadeiramente emancipada, superando o domínio do capital.

Não basta deter um conhecimento das coisas em si, mas determinado patamar de conhecimento, que enseje ao indivíduo o processo de tomada de decisão sobre a realidade objetiva, que expresse as condições de contradição da sociedade do capital, impedindo aos homens o domínio consciente do conjunto do processo social. Esse domínio consciente será possível tão somente com a destruição da série de nexos que obstruem a ação plenamente livre dos homens. Sem a análise profunda propiciada pela consciência por meio do conhecimento acumulado historicamente, não será possível o movimento a caminho de uma outra sociedade, a sociedade do “reino da necessidade” e do “reino da liberdade”.

Considerações finais

Como dissemos inicialmente, a educação é um complexo social que nasce com o surgimento do trabalho como forma de existência humana, pela imprescindível relação metabólica homem/natureza. Essa educação ampliada acaba tomando uma configuração formal, no sentido de

uma organização ideológica em seus aspectos do acesso, dos conteúdos e das formas, a partir da divisão do trabalho, de maneira a atender aos interesses das classes dominantes.

Vimos, também, que apesar das críticas ao processo de ideologização da educação ampliada ou formal/escolar, forjada na sociedade do capital, que ordena e protege os seus interesses, é necessário salientar que na luta pela emancipação do capital deve haver uma ideologia voltada para os interesses dos homens em sua totalidade. Ou seja, a ideologia para a libertação dos homens em relação a exploração do homem pelo homem, no sentido de que possamos estabelecer princípios e valores que nos encaminhem ao “reino da necessidade” e ao “reino da liberdade” e que esses princípios e valores estejam voltados para a realização de uma sociedade em que haja a distribuição igualitária da riqueza produzida pelo conjunto dos homens,. Como diz Marx: “de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo a sua necessidade”.

Referências

KOTKIN, J. The U.K. riots and the coming global class war. **Forbes**, Washington, 15 ago. 2011. Não paginado. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/joelkotkin/2011/08/15/uk-riots-global-class-war/#733ee9ac77bd>>. Acesso em: 15 set. 2017.

LESSA, S. Da contestação à rendição. In: BERTOLDO, E.; MOREIRA, L. A. L.; JIMENEZ, S. (Org.). **Trabalho, educação e formação humana frente a necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. p. 29-50. Disponível em: <http://docs.wixstatic.com/ugd/46e7eb_546427d6f89041f3866aeef50b3a7fd6.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. Livro I – o processo de produção do capital. In: MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985a. v. 1.

_____. Livro I – o processo de produção do capital. In: MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985b. v. 2.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

PANIAGO, M. C. S. **Mészáros**: e a incontrolabilidade do capital. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Instituto Lukács, 2012b. Disponível em: <http://docs.wixstatic.com/ugd/46e7eb_8cf1a69ddd5d4cef99695fd2201eb9b1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. A crise estrutural e a centralidade das classes sociais. **Katálysis**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 41-49, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v17n1/a05v17n1.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

PANIAGO, M. L. **“Livro” Didático**: a simplificação e a vulgarização do conhecimento. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

_____. Educação e ontologia marxiana. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, v. 11, n. 41e, p. 135-145, 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art10_41e.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. **Educação contra o capital**. 3. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/educacao_contra_o_capital_-_3a_ed.pdf>. Acesso em: 15 set. 2017.